

‘Economês’ de Lula terá novo jargão

Conceito de política fiscal anticíclica deve virar expressão corriqueira entre a equipe econômica do governo PT este ano

EDNA SIMÃO

BRASÍLIA – Além de ter que saber o que é superávit primário, transações correntes e colchão de liquidez do Tesouro Nacional, os brasileiros terão que incorporar ao seu dicionário econômico este ano o conceito de política fiscal anticíclica. A equipe econômica do governo Luiz Inácio Lula da Silva quer adotar esse instrumento – já previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) – a partir de 2005, o que significa que as discussões sobre o tema vão centralizar o debate deste ano.

Esse tipo de política permite ao país registrar um superávit primário maior quando há crescimento em um patamar mais elevado e menor quando houver algum tipo de dificuldade financeira. O superávit primário representa receitas do governo menos as despesas, sem levar em conta o pagamento de juros. É indicador do arrocho dos gastos públicos. O superávit primário anticíclico abriria brecha para o governo investir mesmo quando a economia não estiver com bom crescimento.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, explicou que o modelo anticíclico brasileiro precisa ser estudado minuciosamente antes de ser adotado, para que se adapte à realidade do país. Lembrou que a LDO de 2004 já prevê a adoção do instrumento para 2005. A meta de superávit primário entre os anos de 2004 e 2006 corresponde a 4,25% do PIB. O novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) também caminha nesta direção. O FMI abate do cálculo do superávit primário parte dos investimen-



PALOCCI: novo modelo precisa ser estudado minuciosamente

tos feitos pela Petrobras e, a partir de 2004, irá descontar R\$ 2,9 bilhões que serão investidos em saneamento básico.

Segundo Palocci, vários países adotam o mecanismo anticíclico. Ele citou que o Chile, por exemplo, vincula o superávit primário à variação da cotação de commodities (o cobre é seu principal item de exportação). Para o Brasil, no entanto, este modelo não seria interessante.

O secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy, afirmou que técnicos do governo estão estudando uma maneira de transferir a folga de superávit de um ano para outro. Se isso ocorresse neste ano, o país poderia produzir um superávit primário menor em 2004 e ter folga para gastar mais.

Em 2000, a folga do superávit primário foi de R\$ 1,4 bilhão; em 2001, de R\$ 3,4 bilhões; e em 2002, de R\$ 2 bilhões. Até novembro de 2003, o governo já havia superado a meta de superávit primário em R\$ 5,3 bilhões. Essa folga, no entanto, deverá ser bem menor em dezembro por causa de gastos com 13º salário e férias de

A evolução da folga do superávit primário

2000 - R\$ 1,4 bilhão

2001 - R\$ 3,4 bilhões

2002 - R\$ 2 bilhões

2003 - R\$ 5,3 bilhões (até novembro. Número deve cair em dezembro por causa do pagamento de 13º salário e férias de servidores públicos).



LEVY: técnicos planejam como transferir a folga de superávit

servidores.

O economista Roberto Padovani, da consultoria Tendências, considera a política fiscal anticíclica como teoricamente correta para evitar oscilações muito intensas do Produto Interno Bruto (PIB). Mas acha cedo para o país adotar a medida.

– A estrutura fiscal do Brasil ainda é muito pobre. Tem

muita rigidez monetária – diz.

Para ele, o país precisa construir uma boa reputação antes de adotar uma política fiscal anticíclica. A utilização desse conceito é complicada, porque ainda estão frescos na memória dos investidores os calotes da dívida pública e também por causa da instabilidade da dinâmica deste endividamento.

O dinheiro economizado vai para o pagamento de juros, evitando que a relação dívida-PIB tenha uma trajetória explosiva. De janeiro a novembro, o superávit primário foi de R\$ 70,294 bilhões (4,94% do PIB), insuficiente para cobrir os gastos com juros da dívida no período (R\$ 136,306 bilhões).

esimao@jb.com.br

Dicionário

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

Soma de todas as receitas do governo, deduzidas as despesas, sem levar em conta o pagamento de juros da dívida pública. A atual meta acertada com o Fundo Monetário Internacional é de 4,25% do Produto Interno Bruto (soma de todas as riquezas produzidas no país).

TRANSAÇÕES CORRENTES

Faz parte do balanço de pagamentos, que agrega todas as operações financeiras e comerciais que o Brasil faz com outros países. Inclui os resultados da balança comercial mais serviços e rendas e transações unilaterais (como o dinheiro remetido por brasileiros que vivem no exterior).

COLCHÃO DE LIQUIDEZ

Poupança feita pelo Tesouro Nacional para gerenciar a dívida pública. Normalmente, o montante é o suficiente para cobrir vencimentos de até três meses adiante. Permite que, em períodos de tensão no mercado, os gestores da dívida não se vejam obrigados a emitir títulos públicos com juros exagerados. Contribui para diminuir o custo de captação ou reduzir a percepção de risco dos investidores em relação à capacidade do país de honrar seus compromissos.